

Folha Nacional

12 DE MAIO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 15ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt



SANTOS SILVA QUER PERSEGUIR E CASTIGAR DEPUTADOS DO CHEGA

Todos os partidos à exceção do CHEGA querem regras mais apertadas // pág. 04

ENTREVISTA

SE NÃO FOSSE A IMPORTANTÍSSIMA OBRA DO ALQUEVA, DIRIA QUE O PAÍS PAROU HÁ 50 ANOS

Jorge Froes
Engenheiro Agrónomo
// pág. 06

DESTAQUE

EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DO PS É O NOVO PRESIDENTE DA CPI DA TAP

// pág. 07

sumário



Família de classe média fazem crescer pedidos de ajuda

// pág. 08



Ex-diretor do Museu da Presidência condenado a prisão efetiva

// pág. 09



Euribor a três meses sobe para um novo máximo desde 2008

// pág. 10



CHEGA propõe debate sobre sistema bancário e crédito à habitação

// pág. 11



Espanha espiou nacionalistas catalães, garante CPI europeia

// pág. 13



Carlos III coroado e aclamado como o novo rei do Reino Unido

// pág. 15



Francisco Gomes
Consultor

A grandeza que os tempos exigem

A história do nosso país revela que, no passado, a incompetência política e o desrespeito pelas populações mantiveram-se até estar ultrapassado o ponto de ruptura. Veio, então, a guerra e a desordem pública porque a reação dos povos ou do exército já não encontrava estruturas que permitissem evitar a brutalidade e o caos. Em pleno século XXI, é esse o risco que, uma vez mais, corremos, e, por isso, quanto mais nos apegamos à defesa da Democracia, mais necessário é dizer a verdade sobre o estado do país, pois só essa denúncia clara, juntamente com a recusa de colaborar na farsa de soluções falsas, pode permitir salvar as instituições da governação, corresponder ao interesse das comunidades e elevar o futuro de Portugal.

Nesse processo, o CHEGA pode e deve assumir a liderança do indispensável processo de renovação que o país tão necessita, continuando a pugnar por um Estado capaz de ir ao encontro dos cidadãos, valorizando o esforço de cada um para a vida colectiva, gerindo com rigor os recursos, mobilizando os portugueses para vencer o desanimo para o qual foram remetidos e assumindo, sem receio ou demagogias, uma política que garanta na prática, e não apenas nas proclamações, uma governação justa e a igualdade de oportunidades. A conjugação destes elementos faz e fará do CHEGA um partido do sistema, mas um que detém a capacidade para mudar esse sistema a partir de dentro, implementando as reformas que são essenciais para a nossa sobrevivência como nação. Porque o CHEGA sabe, melhor do que qualquer outro partido, que Democracia não significa apenas liberdade, mas também justiça social, já percebeu há muito que não é com lugares-comuns, como o oportunismo corrupto dos partidos da Esquerda ou com as cobardias de conveniência de certa Direita, que Portugal sairá do fundo do abismo. Certamente, há quem esteja empenhado em manter todo este estado de coisas, à custa do qual muita gente, armada em minoria privilegiada, faz fortuna. Efectivamente, são esses, para quem os portugueses apenas existem para

lhes pagar as mordomias, os que mais esbracejam e mais querem alimentar os jogos de poder. Pude-ra! Têm muito a perder. Mas o caminho do país não pode mais passar por eles.

Na realidade, nunca foi tão clara a linha política que separa o CHEGA de tudo o resto. De um lado (o deles), temos motivações partidárias, governação para a comunicação social, decisões para a família e amigos, redes de corrupção e o uso abusivo do poder para servir fins ideológicos. No outro lado (o nosso), temos a preocupação pelo Bem Comum, o anseio por uma governação de acordo com o critério de Interesse Nacional, a defesa do desenvolvimento equilibrado, dos serviços públicos e da iniciativa empresarial, a projecção digna de Portugal no mundo e, não menos importante, a concepção do poder, não como um fim em si mesmo, mas como meio para realizar um projecto proposto e popularmente aceite. Haverão dúvidas sobre quem melhor serve os portugueses?

Mas sabemos bem que o percurso não é, não tem sido e não será nada fácil. Pelo contrário, é (e continuará a ser) necessário esgrimir, separar águas e defender o que os outros decidem ignorar por medo ou pelo mais vil tacticismo. É contra que iremos vencer, exigindo que tudo se subordine à plena realização do ser humano, com total respeito pela sua personalidade, pois não há objectivo, nem ideologia, que alguma vez possa justificar o atentado à personalidade humana. Ao contrário do que outros partidos fazem, no CHEGA, sabemos bem que, muito mais importante do que a doutrinação, é levar as pessoas a pensar, a criticar e a discernir. Por isso é que, antes de tudo o mais, o partido é um difusor de ideias e um estimulante da crítica pessoal, que não renuncia à dimensão ética da política, recusando transformá-la num jogo de influências que apenas serve os mediocres. Contribuindo para que cada cidadão cresça na sua dimensão cívica, o CHEGA permanecerá vivo e activo, crescendo sem nos impormos, sendo aceites pelo mérito da nossa acção e correspondendo com trabalho à grandeza que os difíceis tempos de nós exigem.



Miguel Castro
Presidente do
CHEGA Madeira

Trabalho, dedicação e seriedade

O início da distribuição da 'Folha Nacional' na Região Autónoma da Madeira representa uma evolução natural na concretização prática do objetivo do CHEGA de fazer chegar a sua mensagem a todos os cidadãos do território nacional. Ao invés de outros partidos, cujo apoio às populações das ilhas atlânticas e ao princípio da Autonomia sempre foi pautado pela tibieza e pelas declarações pontuais, com pouco ou nenhum efeito real, o CHEGA já por várias vezes assumiu e tornou cristalinamente claro o seu integral respeito pelas autonomias da Madeira e dos Açores, as quais vê e interpreta como plataforma fundamental para a afirmação de Portugal no Atlântico e para a defesa das legítimas aspirações dos madeirenses e dos açorianos.

Porém, e em especial nos últimos anos, a evolução da Democracia portuguesa não tem sido caracterizada por um aprofundamento da liberdade de expressão e de imprensa. Porque tanto da ação partidária depende diretamente da capacidade dos intervenientes de transmitir, de forma concisa, a sua mensagem e os seus propósitos, as pessoas e as organizações que não têm qualquer interesse na reforma do sistema político têm criado cada vez mais obstáculos à comunicação social livre, atacando, de forma sistemática, os que ousam falar a verdade sobre a dureza dos tempos em que vivemos, as redes de corrupção que se apoderaram do processo de decisão política e os jogos de interesse que se procuram instalar, aliando-se aos dois partidos que mais têm governado o nosso país. A publicação da 'Folha Nacional' constitui, por isso, um passo extremamente importante na divulgação dos princípios reformistas do CHEGA, da sua visão humanista da sociedade e do seu sincero desejo em ajudar Portugal a encontrar um novo rumo, pautado pela dignidade, sustentabilidade, prosperidade e, assim sendo, pela felicidade das suas sociedades, desde a parcela continental até às regiões autónomas.

Porque conhecemos bem a exigência e os riscos associados à

missão de reformar o país e colocar um termo às forças e aos interesses que, ao longo de quase cinco décadas, têm corroído as fibras da nossa sociedade e parasitado as vidas dos portugueses de bem que trabalham, lutam e pagam os seus impostos, estamos perfeitamente cientes das muitas dificuldades que nos esperam e dos tantos obstáculos – explícitos e implícitos – que, como partido, iremos enfrentar. Certamente, se os nossos objetivos fossem fazer parte do sistema, ganhar uns tantos tachos para arranjar a vida, conquistar benesses ou favorecer umas certas empresas, os poderes instalados e uns tantos outros que por aí andam não nos afrontariam e até nos aceitariam como naturais parceiros do seu jogo podre de conluios e amiguismos. Porém, não é isso que nos move e recusamos, de forma cabal e manifesta, as patranhas pelas quais os partidos que bem sabemos têm vendido a honra e o orgulho de defender a Causa Pública. Porque temos toda a confiança nos nossos objetivos e porque queremos ser, cada vez mais, a voz daqueles que não têm voz ou que não se reveem no degradante estado de coisas em que hoje vivemos, estamos dispostos a ir até ao fim e preparados para ultrapassar todas as barreiras, pois é isso que os todos os portugueses merecem e de nós esperam.

Assim, e em conclusão, deixo aqui expresso o meu mais sincero e sentido apelo a todos aqueles que ainda acreditam em Portugal, que ainda sentem orgulho nas idiossincrasias que dão riqueza ao nosso território continental e atlântico, que ainda não desistiram de fazer na nossa terra uma terra de bem e para o bem, que ainda creem que é possível edificar uma política humana, equitativa e sincera e que ainda sentem que podemos ser uma nação plural, internacional e justa: É para vós e por vós que o CHEGA existe. É para vós e por vós que trabalhamos todos os dias. É para vós e por vós que queremos lutar a boa luta. E é para vós e por vós que, com trabalho, dedicação e seriedade, iremos mudar Portugal!



Luís Jorge
Gestor de projetos

Os proprietários como Segurança Social

O estado pretende arrogar-se o direito de gerir aquilo que lhe NÃO lhe pertence, quando demora décadas para ter um registo do que é seu, e quer definir o que é uma renda justa, de algo que NÃO lhe pertence, sem ter em conta o investimento, aspirações e objetivos que os proprietários têm para os SEUS investimentos (e muitas vezes, único). Aquele, que durante décadas se tem servido dos senhorios para suprir a sua inaptidão como agente de Segurança Social na habitação, pretende agora OBRIGAR aqueles que não querem ser senhorios, que já pagaram os seus impostos na aquisição, e que continuam a pagá-los anualmente, a serem senhorios, com o objetivo de se alhear totalmente da sua função no campo da habitação social.

Antes dos direitos vêm as obrigações. E o estado também as têm:

1. O estado, que garanta uma justiça célere, que se substitua aos devedores no pagamento das justas indemnizações a quem tem habitações destruídas ou habitadas durante meses e anos sem pagamento, e que posteriormente se faça ressarcir dessas indemnizações a quem as deve; se o faz nas auto-estradas por empresas que têm condições para essas cobranças, que o faça pelos cidadãos e empresas que têm um papel social, mas muitas vezes a impossibilidade económica de aceder a uma (in)justiça que é cara e de difícil compreensão.

2. O estado, que garanta habitação social TEMPORÁRIA a quem dela precisa, com rendas adequadas ao rendimento, e que DESPEJE quem abusa do sistema e não cumpre com os pagamentos; as pessoas também têm direito à alimentação, mas não podem roubar para comer. Usufruir de uma habitação que não lhes pertence sem o respectivo pagamento é em si um roubo, ainda que lhe seja dado outro nome.

3. O estado, que altere a lei para que, na ausência de resposta das câmaras municipais aos projectos de construção, estes sejam tacitamente aceites no prazo de 60 dias (120 para projectos de maior envergadura) SEM DESCULPAS DE EXCESSO DE TRABALHO, com responsabilização cível dos ar-

quitectos e engenheiros autores dos projectos pela qualidade dos mesmos, para que sejam submetidos cumprindo os regulamentos (com coimas AJUSTADAS para incumprimentos detectados à posteriori, e perda de alvarás/licenças/credenciais para os casos grosseiros e/ou graves).

4. O estado, que promova as cooperativas de habitação, ou outras formas de associação, com redução de taxas e impostos para construção a custos controlados, e legislação adequada à actualidade. Em suma, o estado que faça aquilo para que existe: legislar o suficiente para dar direcção e deixar a sociedade civil organizar-se. A procura gerará a oferta, desde que não hajam entraves à criação dessa mesma oferta. Um aumento da oferta nestes vectores - habitação social, cooperativa e privada (que está travada por burocracia) - ainda por cima com as duas primeiras a custos e rendas controladas, fará baixar os preços das habitações e das rendas de forma generalizada. Levará 3 a 4 anos a produzir efeitos, mas será sempre mais rápido que esta legislação abjecta, que se arrastará no tribunal constitucional, levará a litígios intermináveis e uma (ainda maior) redução da confiança no estado enquanto garante de justiça, já que é em si uma injustiça inscrita na lei.

Cenário provável perante esta lei: Um proprietário quer escolher os inquilinos, e não confiar na sorte. Se tiver que ficar com a casa por arrendar 2 anos, ficará. O risco é seu, e pedirá pela cobertura desse risco o valor que entender. Qualquer tribunal reconhecerá que o risco de ficar com uma casa ocupada durante anos e não vir a receber nada é muito grande. Por ironia, um litígio com vista a impedir o arrendamento coercivo, demorará o mesmo número de anos a ser resolvido que aquele que leva um despejo. Entretanto já a casa terá sido alugada, e o processo será arquivado, tornando a lei inconsequente, com excepção de sobrecarregar os tribunais e desviar recursos que poderiam estar a ser reaplicados na economia. Concentrem-se na raiz do problema. Estão a apontar o extintor para as chamas, e o país continua a arder

Após a Conferência de líderes que durou mais de três horas e que debateu, num ponto específico e autónomo, “questões de comportamento e disciplina no plenário”, agendado após episódios que envolveram deputados do CHEGA, o presidente da Assembleia da República referiu não ser necessário acrescentar mais regras ou um quadro sancionatório diferente do atual para garantir o regular funcionamento dos trabalhos parlamentares.

“Não são precisas mais regras, não é preciso um quadro sancionatório diferente”, acrescentando que esta decisão foi apoiada por todos os grupos parlamentares “menos um”, o CHEGA.

No entanto, Santos Silva não deixou de referir que se irá servir de “todos os meios necessários” para manter a ordem no hemiciclo e incentivou a queixas formais sobre o CHEGA, o que deixa antever o pior para o normal funcionamento das instituições.

Na sequência desta conferência de líderes, André Ventura acusou o presidente da Assembleia da República de “autoritarismo e censura” e de querer “calar deputados” do CHEGA e considerou que a reunião da conferência de líderes teve como objetivo “perseguir e achincalhar” o seu partido.

“É lamentável que todos os partidos desta Assembleia, à exceção do CHEGA, estejam unidos com um único objetivo. O objetivo desta conferência de líderes foi condenar, perseguir, achincalhar um partido”, afirmou André Ventura, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

O líder do CHEGA considerou que “a insistência quase obsessiva nas palavras ‘todos os meios para repor a ordem e a disciplina’ é a prova evidente de que o que Augusto Santos Silva queria era que os deputados dissessem que pode chamar a polícia, pode utilizar os meios que quiser para fazer calar os deputados do CHEGA”. “É este espírito socrático, de autoridade, autoritarismo e de censura que Augusto Santos Silva está neste momento a querer desempenhar”, acusou. Ventura disse que pediu que “constasse em ata não só a oposição do CHEGA a este clima de condenação e perseguição” como a sua opinião de que “a atitude previa do presidente da Assembleia da República de excluir o CHEGA de delegações



SANTOS SILVA QUER PERSEGUIR E CASTIGAR DEPUTADOS DO CHEGA



parlamentares [em viagens a estrangeiro] era ilegal, ilícita, contra o Regimento e contra a Constituição”.

O presidente do CHEGA defendeu também ser “lamentável que o PS, o presidente da Assembleia da República e a senhora vice-presidente da Assembleia da República [Edite Estrela] não consigam reconhecer uma única vez que erraram também”.

“Todos devemos assumir a nossa responsabilidade, houve momentos em que o CHEGA também falhou, e isso foi assumido”, indicou, apontando que “esta incapacidade do PS e do senhor presidente da Assembleia da República fazerem também um juízo autocrítico está a levar a uma dificuldade enorme de serenar os ânimos”.

O presidente do CHEGA lamentou ainda que não tenha sido aceite o agendamento da discussão do projeto de resolução que recomenda ao Governo a demissão do ministro das Infraestruturas, João Galamba, que deu entrada no Parlamento na terça-feira e ainda não foi admitido.

A conferência de líderes decidiu que não são necessárias mais regras ou um quadro sancionatório diferente do atual para garantir o regular funcionamento dos trabalhos parlamentares, anunciou o presidente da Assembleia da República.

Segundo Augusto Santos Silva, o entendimento da conferência de líderes é o de que as regras que o Regimento, o Código de Conduta dos Deputados e o Estatuto dos Deputados “preveem são bastantes”, e “devem ser usadas para que o prestígio do Parlamento seja defendido e para que os trabalhos parlamentares decorram com a liberdade, vivacidade e também com urbanidade”.

O presidente do Parlamento exemplificou que segundo as regras atuais, quem esteja a presidir aos trabalhos parlamentares, já “pode retirar a palavra” a um deputado, salvaguardando que tal nunca aconteceu, ou recorrer aos meios que entender necessários e a medidas convenientes para manter a disciplina e a ordem em plenário.

Questionado várias vezes se pretende recorrer a agentes da PSP em situações deste tipo, Santos Silva reiterou apenas que serão utilizados os meios estritamente necessários e proporcionais, sem concretizar.

*com Agência Lusa

Jorge Avelar Froes é Engenheiro Agrónomo desde 1982 e tendo-se dedicado ao Planeamento e Projetos Hidráulicos e Hidroagrícolas de outras Infraestruturas Rurais. Tem inúmeros trabalhos desenvolvidos nesta área e desde 2018 que faz parte da direção da Associação +Tejo, organismo criado para a promoção do Projeto Tejo e da Autoestrada da Água, a nível nacional.

Assistimos cada vez mais a curtos períodos de chuvas intensas e longos períodos de seca, que depois provocam constrangimentos no abastecimento de água, nomeadamente no que diz respeito às culturas de regadio. Qual a solução para este problema?

De acordo com o Plano Nacional da Água 2015, Portugal dispõe, em média, de 12 vezes mais água do que a que consome na rega, abastecimento, industrial, etc. (56.000 milhões m³/ano de disponibilidades, 30% vindas de Espanha, 4.500 milhões m³/ano de consumos).

A longo prazo as disponibilidades reduzir-se-ão (no pior cenário, para 39.000 milhões m³/ano) e os consumos podem subir (até 6.000 milhões m³/ano). Mesmo assim, o País fica a dispor de 6,5 vezes mais água do que a que necessita. No futuro, vai haver menos abundância.

A solução passa por guardá-la no Inverno, quando chove, em barragens, para a distribuir no Verão, quando se rega, e por transferi-la do Norte para o Sul deficitário, através duma "Autoestrada da Água" nacional.

Que modelo de gestão da água deveríamos seguir, de forma a otimizarmos o seu armazenamento?

Face à situação futura expectável, só os grandes sistemas, como Alqueva, Castelo de Bode ou Baixo Sabor, permitem fazer a regularização interanual de caudais.

Existe, assim, a necessidade de integração das grandes barragens num sistema nacional, ligadas por uma rede de adutores e estações elevatórias que permitam a transferência entre elas. O custo de levar água a todos os Concelhos do País poderá rondar os 10.000 a 15.000 milhões €, mas a verba do PRR Português não chega a 1.000 milhões para a água, enquanto Espanha tem mais de 20.000 milhões €.

É frequente vermos associações ambientalistas manifestarem-se contra a construção de barragens e contra as culturas de regadio, argumentando perda de biodiversidade. Esta posição tem sustentação científica?



“Já se fizeram os estudos e se inquiriram os agricultores, já existem alguns projetos (...) produziram-se grandes quadros de excel (...) mas, “pelo andar da carruagem”, vai tudo acabar em nada!”

Jorge Avelar Froes

As albufeiras das barragens são conhecidas por promoverem fortemente a biodiversidade, muito mais do que as zonas de sequeiro. A questão que os Ambientalistas acabam por pôr é a da alteração dos ecossistemas locais, que passam de sequeiro a zona húmida. Considero que o problema é mais uma questão de mentalidade “conservadora” e sem soluções, na lógica “o que está, está, não se mexe”, porque quando questiono se podemos “implodir” a barragem do Alqueva ou de Castelo de Bode, a resposta é “não”.

A dessalinização da água é uma solução economicamente viável para ser usada em rega de culturas agrícolas? Ou temos outras soluções mais baratas e exequíveis face à nossa realidade?

A água dessalinizada é uma boa solução para o abastecimento urbano e industrial, que consome água durante todo o ano a um ritmo constante e igual ao da central

dessalinizadora e que consegue pagar a água a um custo elevado, viável entre os 0,6 e os 1,2 €/m³. Para a Agricultura este custo é incomportável, e será mesmo maior neste caso, pois só se rega de Abril/Maio a Setembro/Outubro, o que corresponde a cerca de 30% do da produção de água dessalinizada. Os restantes 70%, produzidos nos restantes meses do ano e outros períodos mortos, terão de ser armazenados em barragens, para posterior aproveitamento.

Como classifica a atuação dos sucessivos governos relativamente à gestão da água, nomeadamente da água destinada ao regadio, nos últimos 50 anos?

Se não fosse a importantíssima obra do Alqueva, ainda em construção, mas que é a exceção à regra, diria que o País parou há 50 anos, pois a grande maioria dos regadios nacionais foi construída nas décadas de 50 e 60 do século passado.

Depois disso, já assisti, regularmente, a fases onde se diz que “agora é que vai ser”, se fazem estudos, se inquire as populações rurais, se organizam grandiosos programas de financiamento, se estabelecem prioridades e depois ... ou a crise, ou a mudança de governo, ou, ou, ou ... pára tudo! Passados uns anos, recomeça-se do Zero ...

Atualmente estamos na fase final dum desses períodos. Já se fizeram os estudos e se inquiriram os agricultores, já existem alguns projetos e outros estão em elaboração, produziram-se grandes quadros de excel com os financiamentos e a respetiva programação mas, “pelo andar da carruagem”, vai tudo acabar em nada! Cai o governo, o dinheiro é desviado para áreas mais necessitadas, os ambientalistas bloqueiam a tomada de decisões, e nada se fará.

Os governantes têm sabido negociar os acordos relativamente aos caudais dos rios que nascem em Espanha, nomeadamente o acordo de Albufeira, ou estes acordos devem ser revistos?

Portugal tem, de facto, o dobro da água per capita relativamente a Espanha, só que mais de 90% vai para o mar. No dia em que negociarmos o acordo de Albufeira, ficamos pior do que estamos atualmente. Mais uma “fantasia” dos Ambientalistas, que querem que as águas que Espanha armazena de Inverno e nos anos mais húmidos nas suas barragens, pagas pelos espanhóis, seja libertada quando os portugueses precisam ... o que respondem eles? Façam as vossas barragens! E como o clima se agrava, chovendo menos, e os acordos de Albufeira definem os caudais transitados de lá com base na precipitação em Espanha, o que vai acontecer é uma eventual negociação levar à redução desses caudais transitados!

Quantos hectares temos hoje é qual o potencial agrícola português total para culturas de regadio? Qual o impacto no PIB que esse incremento traria ao país?

A agricultura de regadio gera receitas 6 vezes superiores às da agricultura de sequeiro, permitindo que pequenos agricultores subsistam e fixando as populações rurais. Exemplo disso é, entre outras, a região Oeste, com as suas hortícolas e pomares, mas que atualmente está no limite das disponibilidades hídricas, que só podem ser reforçadas a partir do rio Tejo, como se prevê o Projeto Tejo, sobe pena de colapsar, trazendo para Lisboa largos milhares de pessoas.



CPI da TAP faz nova baixa. Ex-secretário de Estado do PS assume presidência

António Lacerda Sales, ex-secretário de Estado da Saúde de António Costa, assumiu a presidência da comissão de inquérito à TAP dizendo que procurará o “consenso com todos os grupos parlamentares”, desejando “respeito e seriedade” no decorrer dos trabalhos.

com Agência Lusa

Jorge Seguro Sanches renunciou à presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à TAP. A notícia começou a circular, na quarta-feira ao final da manhã, pelos corredores da Assembleia da República e logo chegou aos meios de comunicação social. À saída da conferência de líderes, que terminou pelas 14h00, o Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, disse aos jornalistas não ter conhecimento do pedido de renúncia do deputado socialista. Porém, a mesma foi formalizada pouco tempo depois através de uma nota distribuída no Parlamento na qual se lia que Jorge Seguro Sanches tomou a decisão de “renunciar à presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP”. Na mesma nota, o Partido Socialista confirmou, não só a saída de Seguro

Sanches, como logo informou qual seria o seu substituto: um ex-secretário de Estado da Saúde do anterior governo de António Costa. “O Grupo Parlamentar do PS vai indicar ao Senhor Presidente da Assembleia da República o nome do Senhor Deputado António Lacerda Sales para presidir à Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP, agradecendo desde já o sentido de serviço e de missão com que aceitou este desafio que agora lhe é proposto”, lê-se ainda. Para o líder parlamentar do PSD, Miranda Sarmento, a saída de Seguro Sanches é “mais uma tentativa do PS de desvalorizar e obstaculizar o trabalho da comissão”. Já para André Ventura, esta saída “mostra bem como é evidente que o Governo e o PS estão a tentar condicionar este dossiê, procurando encurtá-lo”. Para o Presidente do CHEGA, o pedido de renúncia de Seguro Sanches “mos-

tra como o PS está a tentar capturar e sequestrar essa comissão de inquérito” e, por isso, o líder do terceiro maior partido político português fez saber que irá pedir ao Presidente da Assembleia da República que desencadeie um inquérito “às pressões a que foi sujeito” o presidente da comissão de inquérito à TAP.

Para André Ventura, o pedido de renúncia de Seguro Sanches “mostra bem como é evidente que o Governo e o Partido Socialista estão a tentar condicionar este dossiê, procurando encurtá-lo”.

O deputado socialista António Lacerda Sales assumiu a presidência da comissão de inquérito à TAP logo na quarta-feira à tarde. Perante os deputados que compõem a comissão de inquérito, o novo presidente disse que procurará o “consenso com todos os grupos parlamentares”, desejando “respeito e seriedade” no decorrer dos trabalhos.

Começando por agradecer o empenho de Seguro Sanches, António Lacerda Sales disse ter “noção da responsabilidade que esta função representa” e, por isso, promete fazê-lo de “uma forma isenta, transparente e imparcial para que seja alcançada toda a verdade” sobre a gestão política da TAP. O novo presidente assegurou que vai procurar “trabalhar em consenso com todos os grupos parlamentares” e manifestou o seu desejo para que a comissão continue o seu trabalho com o maior “respeito e seriedade”, contando com “a colaboração de todos”. O deputado socialista acrescentou ainda que o seu objetivo será o esclarecimento de “toda a verdade sobre a gestão política da TAP” e que os trabalhos terminem “o mais rapidamente possível”. Em 19 de abril foi divulgado que o agora presidente iria substituir o socialista Carlos Pereira como membro efetivo da comissão de inquérito à TAP. Na semana anterior, o então coordenador do PS na comissão de inquérito à TAP, Carlos Pereira, tinha anunciado que iria sair daquele órgão parlamentar para lhe poder dar a “tranquilidade necessária”.

Famílias de classe média fazem crescer pedidos de ajuda



por Agência Lusa

Famílias de classe média e imigrantes têm vindo a engrossar os pedidos de ajuda alimentar na cidade do Porto, onde associações relatam ser cada vez mais difícil responder ao número de solicitações. A inflação, o custo da habitação e a subida das taxas de juro, apontam associações contactadas pela Lusa, estão a obrigar novas franjas da população a procurar apoio alimentar, ajuda que é normalmente solicitada por pessoas em situação de pobreza ou sem-abrigo. Tendo-se especializado, nos últimos anos, na área da saúde, apoiando atualmente cerca de 600 famílias, a

Caritas Diocesana do Porto retomou no início do ano a disponibilização de cabazes com produtos essenciais perante o aumento dos pedidos de ajuda. À Lusa, o presidente da instituição, Paulo Gonçalves, revelou que, de forma direta, no primeiro trimestre do ano foram ajudadas mais 300 famílias (cerca de 100 por mês), 56% das quais de cidadãos estrangeiros. O responsável identifica dois perfis na procura destes apoios: no primeiro, a que chama de “pobreza envergonhada”, cabem famílias que até tinha a sua vida estruturada e que de um momento para o outro têm de escolher entre pagar a prestação ou renda da casa ou colocar comida na mesa. Já por outro lado, acrescenta,

têm chegado à Caritas muitos pedidos de cidadãos estrangeiros. Uma realidade também relatada pelo responsável pelo projeto ‘Porta Solidária’, Rubens Marques, onde o número de pedidos de ajuda também tem vindo a ser engrossado por famílias de classe média e média baixa, migrantes e idosos. Aberto desde 2009, o projeto da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, da Diocese do Porto, serviu, em 2022, 119.223 refeições e até 31 de março 30.205, um número que o pároco diz não ter dúvidas de que vai continuar a aumentar. A perceção da realidade é a mesma no projeto Coração da Cidade. Para os responsáveis, esta realidade tende a agravar-se.

COMENTÁRIO DA SEMANA

Há décadas que andamos a meter água!

Há décadas que os governos metem água pelo cano abaixo; que mantêm as torneiras dos nossos rios abertas sem o mínimo cuidado e que a política da água não é abordada da perspetiva continental e nacional como um todo. Literalmente deitam fora a nossa preciosa água! Mesmo agora, com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o PRR, só temos o plano hidrológico para o Algarve e a Barragem do Pisão, ambas questões regionais, porque há anos que só são atendidos projetos regionais numa lógica de cada território por si, num salve-se quem puder! E a questão à escala nacional nunca foi acautelada nas cinco décadas de democracia! Ou seja, há décadas, que Portugal é incapaz de uma visão global em gestão da água e há cinco décadas que culpabilizamos o reino de Espanha por reter água dos rios internacionais, usando esse “bode expiatório” para justificarmos a nossa incompetência. Não podemos continuar a ter falta de eficiência hídrica! Para a agricultura não existiu mais nenhum plano credível após o Alqueva, um projeto que herdámos do Estado Novo. É uma verdadeira vergonha que no séc. XXI estejamos a braços com uma realidade hídrica terceiro mundista e dependente de um país vizinho! O CHEGA tem a solução e já apresentou um projeto para a criação da Rede Nacional da Água.

por **Pedro dos Santos Frazão**
Deputado à Assembleia da República pelo CHEGA



Situação de seca afeta 40% do território nacional no sul do país

por Agência Lusa

A ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes, informou ter assinado o despacho que reconhece a situação de seca em 40% do território nacional, no sul do país. Segundo a governante, o despacho foi assinado depois de a tutela ter recebido os dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) a atestar “que nos últimos dois meses não houve chuva”, se registaram “três ondas de calor durante o mês de abril” e têm estado “temperaturas médias e máximas bem acima do normal”. Segundo a ministra da tutela,

os dados técnicos permitiram assinar o despacho de declaração do estado de seca, o que torna possível “acionar um conjunto de medidas no âmbito dos apoios aos agricultores”. Maria do Céu Antunes pormenorizou que essas ajudas tanto podem decorrer do pedido único do plano estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) como “outro conjunto de medidas” para as quais se está a pedir autorização a Bruxelas, uma das quais as terras em pousio poderem ser utilizadas para a pastorícia. A ministra admitiu que “a expectativa é que a situação tenda a piorar” e a tutela vai “acompanhar com grande proximidade”. Maria do Céu Antunes acres-



centou que a Comissão Interministerial da Seca vai reunir-se “sempre que se justifique”, para tomar “as medidas necessárias” caso seja imperativo alargar a área abrangida pelo estado de seca. De acordo com a governante, das 65 albufeiras hidroagrícolas acompanhadas, com planos de contingência aprovados, 60 têm a campanha de rega assegurada, fruto da chuva de dezembro e janeiro. Maria do Céu Antunes frisou existirem “alguns entraves administrativos” para dar cumprimento ao aviso específico para a criação de charcas, mas realçou ser um trabalho feito em articulação com o Ministério do Ambiente “para resolver” a situação.

Ex-diretor do Museu da Presidência condenado a prisão efetiva

por Agência Lusa

O ex-diretor do Museu da Presidência Diogo Gaspar foi condenado a seis anos e seis meses de prisão efetiva, no âmbito do processo “Operação Cavaleiro”, tendo o tribunal aplicado penas suspensas aos restantes três arguidos.

Na leitura do acórdão realizado no Juízo Central Criminal de Lisboa, o juiz considerou provados os crimes de

peculato, participação económica em negócio, abuso de poder, falsificação de documentos e tráfico de influência para o antigo diretor do Museu.

“Foi o senhor que basicamente conseguiu montar o Museu da Presidência. Era uma pessoa digna de confiança, pelo que tinha uma relação muito estreita com os Presidentes da República. E traiu essa confiança, porque quis ter mais do que aquilo que podia ter. Isso levou-o a durante vários anos, no âmbito de várias

atividades, vários negócios, a tentar sempre [ver] onde é que havia oportunidade de ganhar mais alguma coisa, direta ou indiretamente”, afirmou o juiz Luís Ribeiro. O processo “Operação Cavaleiro” tem quatro arguidos – Diogo Gaspar, José Dias, Paulo Duarte e Vítor Santos -, a quem foram imputados 42 crimes, entre os quais abuso de poder, participação económica em negócio, tráfico de influências, falsificação de documentos, peculato e branqueamento de capitais.

A investigação, que ficou a cargo do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, teve início em abril de 2015, na sequência de uma denúncia anónima.

Em junho de 2016, a PJ efetuou buscas e apreendeu em casa de Diogo Gaspar e de amigos alguns artefactos que pertenceriam ao Museu da Presidência, com o Tribunal de Instrução Criminal a decidir levar o caso a julgamento em 10 de julho de 2019.



Ladrão indemnizado por ser atropelado pela vítima do assalto

por Agência Lusa

O Supremo Tribunal de Justiça determinou o pagamento de uma indemnização de 30 mil euros a um homem que assaltou uma casa em Guimarães e que acabou atropelado pelo dono da habitação, durante uma perseguição automóvel.

Por acórdão de 27 de abril, consultado pela Lusa, o tribunal considera que o caso configura uma situação de “excesso de legítima defesa não justificada”, face à “manifesta desproporção” entre a gravidade da le-

são à integridade física do assaltante e o interesse patrimonial protegido. O assaltante, na sequência do atropelamento, fraturou as duas pernas e o maléolo externo direito, tendo também sofrido feridas e hematomas na cabeça. O prejuízo evitado com o atropelamento foi o da subtração de duas moedas em prata, com o valor global de 680 euros.

“Um mero estado de tensão, inerente a quem surpreendeu um intruso a assaltar-lhe a residência e o persegue, tentando evitar a sua fuga, não integra um grau de perturbação e, muito menos, um medo que justifi-

que um comportamento em que o defensor não se aperceba da manifesta desproporção da valia dos bens sacrificados em comparação com os interesses protegidos, pelo que o estado de tensão apurado não é suficiente para legitimar o ato defensivo, em excesso, praticado pelo interveniente”, refere o acórdão. Para o tribunal, trata-se de uma “situação de excesso de legítima defesa não justificada e, portanto, ilícita”. A seguradora da viatura usada no atropelamento vai ter, assim, de pagar uma indemnização de 30 mil euros ao assaltante.

Partidos chumbam apoio à natalidade em V.F.Xira

Foi rejeitada na última reunião da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, realizada no dia 27 de Abril de 2023, uma proposta apresentada pelo CHEGA, que pedia a criação de um Regulamento Municipal com incentivos de Apoio à Natalidade no município de Vila Franca de Xira, com benefícios e isenções fiscais para famílias mais numerosas e jovens casais. Na proposta em apreciação lia-se que é “preciso agir e criar condições para que haja um aumento populacional sustentá-

vel que nos permita encarar o futuro com esperança” e que cabe aos “decisores políticos encontrar soluções para amenizar os efeitos da diminuição da natalidade e criar condições para reverter esta situação, apoiando as famílias mais numerosas”. A proposta acabou por ser rejeitada e contou com os votos contra do PS, CDU, PAN e CDS-PP e a abstenção do Bloco de Esquerda, mostrando que estes partidos não querem apoiar e incentivar as famílias portuguesas a terem mais filhos.

PS Penacova acusa PSD de aumentar dívida do município

A concelhia do PS de Penacova acusou a Câmara Municipal, liderada pelo PSD, de aumentar em 2022 a dívida do município em um milhão de euros, criticando o desempenho financeiro do município. Segundo o comunicado da concelhia do PS de Penacova, o saldo de gerência do município passou de mais de um milhão de euros em 2021 para cerca de 700 mil euros em 2022, a poupança corrente diminuiu cerca de 200 mil euros e a dívida aumentou um milhão de euros. Apesar de ter reconhecido

uma “conjuntura económica desfavorável marcada pela taxa de inflação”, o PS criticou “gastos fúteis em opções duvidosas, como seja a duplicação dos custos de transportes, promoção da lampreia no Casino da Figueira da Foz em final de época ou street food com pouca dinâmica para o comércio local”. O relatório de contas de 2022 foi aprovado recentemente em Assembleia Municipal, tendo o executivo realçado a melhoria do saldo líquido negativo, numa “conjuntura económica desfavorável”.



Fectrans: Vão ser reabertas negociações nas empresas públicas

por Agência Lusa

O Governo vai reabrir os processos negociais nas empresas públicas, tendo em conta a atualização intercalar que foi feita na Administração Pública, de acordo com um comunicado divulgado pela Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (Fectrans).

A entidade, que esteve numa reunião no Ministério das Infraestruturas, destacou que “foi transmitida a orientação genérica do Governo, no sentido de serem reabertos os processos negociais”. “Foi transmitido pelo Governo que a atualização intercalar que foi feita na Administração Pública será vertida nas orientações para negociação nas empresas públicas, no âmbito da revisão do despacho de novembro passado, que impôs os atos de gestão efetuados pelas empresas”, disse a Fectrans.

O Governo levou a cabo uma atualização salarial intercalar na Administração Pública de 1%. Segundo a Fectrans, que citou o representante do Governo, “a reabertura dos processos de negociação deve também ser no sentido de se passar à revisão das tabelas de carreiras”.

Assim, a Fectrans aguarda que, “rapidamente, as administrações marquem reuniões (na CP está



marcada com o SNTSF/FECTRANS, para quarta-feira, dia 10, às 11h15m) e se passe à negociação efetiva destas matérias” “A posição transmitida pelo Governo

corresponde, genericamente, à reivindicação central das organizações sindicais, mas agora falta saber os conteúdos a discutir empresa a empresa”, indicou.

Algarve supera taxas de ocupação hoteleira por quarto desde o ano de 1996

por Agência Lusa

O Algarve superou, em abril, os valores registados para a taxa de ocupação por quarto em unidades hoteleiras desde 1996, com 68,5% de ocupação, anunciou a Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

Em comunicado, a AHETA adianta que a taxa de ocupação por quarto no Algarve foi de 68,5%, ou seja, 3,3 pontos percentuais acima da verificada em 2019, antes de o setor ter sido atingido pela pandemia de covid-19, e de 6,3 pontos percentuais acima da verificada em abril de 2022.

O mercado nacional contribuiu com uma subida de 0,2 pontos percentuais para a variação da ocupação por cama face a abril de 2019, ano de referência por ser anterior à pandemia de covid-19 em Portugal.

Por zonas geográficas, as maiores subidas face a 2019 ocorreram nas zonas de Vilamoura, Quarteira e Quinta do Lago (mais 8,2 pontos percentuais), Carvoeiro e Armação de Pêra (mais 7,8 pontos percentuais) e Monte Gordo e Vila Real de Santo António (mais 7,6 pontos percentuais).

Euribor a três meses sobe para um novo máximo desde 2008

por Agência Lusa

A taxa Euribor a 12 meses, que atualmente é a mais utilizada em Portugal nos créditos à habitação com taxa variável, avançou, ao ser fixada em 3,790%, mais 0,020 pontos e contra o máximo desde novembro de 2008, de 3,978%, verificado em 09 de março. Segundo o Banco de Portugal, a Euribor a 12 meses já representa 43% do ‘stock’ de empréstimos para habitação própria permanente com taxa variável, enquanto a Euribor a seis meses representa 32%. Após ter disparado em 12 de abril de 2022 para 0,005%, pela primeira vez positiva desde 05 de fevereiro de 2016, a Euribor a 12 meses está em terreno positivo desde 21 de abril de 2022. A média da taxa Euribor a 12 meses avançou de 3,647% em março para 3,757% em abril, mais 0,110 pontos. No prazo de seis meses, a taxa Euribor, que entrou em terreno positivo em 06 de junho de 2022, também subiu, para 3,605%, mais 0,030 pontos e contra o máximo desde novembro de 2008, de

3,651%, verificado em 04 de maio.

A Euribor a seis meses esteve negativa durante seis anos e sete meses.

A média da Euribor a seis meses subiu de 3,267% em março para 3,516% em abril, mais 0,249 pontos.

No mesmo sentido, a Euribor a três meses, que entrou em 14 de julho em terreno positivo pela primeira vez desde abril de 2015, subiu, para 3,312%, mais 0,032 pontos e um novo máximo desde novembro de 2008.

A taxa Euribor a três meses esteve negativa entre 21 de abril de 2015 e 13 de julho.

A média da Euribor a três meses subiu de 2,911% em março para 3,179% em abril, ou seja, um acréscimo de 0,268 pontos percentuais.

As Euribor começaram a subir mais significativamente desde fevereiro de 2022, depois de o Banco Central Europeu ter admitido que poderia subir as taxas de juro diretoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro e a tendência foi reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia.



PR promulga diploma para não adiar expectativas de professores

© Presidência da República

por Agência Lusa

O Presidente da República promulgou o diploma do Governo sobre recrutamento de pessoal docente, apesar de não terem sido acolhidas as suas propostas nesta matéria, para não “adiar as expectativas de cerca de oito mil professores”. O anúncio desta promulgação e a justificação de Marcelo Rebelo de Sousa constam de uma nota publicada no sítio oficial da Presidência da República na Internet. Nessa nota, o chefe de Estado refere que, “quanto ao presente diploma, foram formuladas várias sugestões e, também, apresentada proposta concreta sobre a vinculação dos professores, no sentido de a tornar mais estável, sem, com isso, introduzir desigualdades adicionais às já existentes”.

“Apesar de não ter colhido consagração a proposta apresentada, nem outra, mais mínima-

lista, a certa altura aventada no diálogo com a Presidência do Conselho de Ministros, o Presidente da República entende dever promulgar o presente quadro jurídico”, acrescenta.

Marcelo Rebelo de Sousa declara que decidiu “tendo em atenção a publicação pelo Governo, no Diário da República, da Portaria n.º 111-A/2023, de 26 de abril, que abre concurso apenas para dois mil professores, para o ano próximo, fundada na versão da lei vigente e porque a nova lei não foi promulgada nem publicada e, portanto, não entrou ainda em vigor”. Por outro lado, argumenta que “adiar a promulgação, embora no prazo legal de 40 dias, que termina a 15 de maio, ou recusar essa promulgação, neste contexto, representaria adiar as expectativas de cerca de oito mil professores, além de deixar sem consagração legal algumas das



suas reivindicações pontuais, aceites pelo Governo”. “Por essa razão determinante, o Presidente da República promulgou o diploma do Governo que regula a titularização e

os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, justifica o chefe de Estado.

CHEGA propõe debate na próxima semana sobre sistema bancário e crédito à habitação

© Folha Nacional

por Agência Lusa

O CHEGA anunciou esta semana um debate parlamentar dia 18 sobre o sistema bancário, crédito à habitação e “lesados da banca”, defendendo uma “suavização das condições bancárias de acesso à habitação” e no crédito ao consumo. Em conferência de imprensa na sede do partido, em Lisboa, André Ventura avançou que o debate da ordem do dia fixada pelo CHEGA no próximo dia 18 de maio “será dedicado integralmente no parlamento à discussão, não apenas das condições bancárias, da penalização que os contribuintes têm sentido face ao sistema bancário, e as dificuldades de pagamento de prestações das casas ou do crédito à habitação, mas ao mesmo tempo convocar o tema dos lesados da banca nas suas várias dimensões”. O líder do CHEGA aludiu várias vezes às declarações do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, este fim de semana, que apelou a uma reflexão sobre crédito à habitação em matéria de prazos, taxas e prestações, salientando as nefastas consequências sociais resultantes da subida dos juros e o

atual período positivo da banca.

Argumentando que os bancos “receberam milhões do Estado na última década”, Ventura defendeu que a banca deve sustentar “parte das dívidas que os contribuintes agora têm, face ao crédito à habitação”.

“Era mais do que legítimo que os portugueses tivessem uma suavização, e não uma penalização, do que são as condições bancárias de acesso à habitação, e mesmo nalguns casos, de crédito ao consumo”, afirmou. Questionado sobre que propostas concretas vai levar a debate, André Ventura respondeu que quer “convencer o sistema jurídico e o sistema bancário de que em casos em que as famílias e os agregados familiares tenham uma taxa de esforço superior a 40%, os bancos sejam obrigados a sustentar parte dessa dívida”.

“Dir-me-ão: o Governo já tem uma proposta parecida, com uma grande diferença: é que o Governo quer obrigar à renegociação [do crédito à habitação quando a taxa de esforço atinge os 36% ou quando se verifique um agravamento de cinco pontos percentuais], nós queremos obrigar ao pagamento”, respondeu. Ventura afirmou que o CHEGA vai avançar com outras propostas



como uma possível “reestruturação das comissões” ou um eventual “alargamento dos prazos do crédito à habitação”,

sem detalhar para já os projetos e apelando a que outros partidos se juntem ao debate com as suas iniciativas.

Marcelo convoca Conselho de Estado para 16 de junho

por Agência Lusa

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, anunciou ter convidado a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, para participar numa reunião do Conselho de Estado, salientando a necessidade de combater o populismo na União Europeia (UE).

“Estamos muito contentes por a ter conosco em Portugal em junho, [...] sendo uma convidada de honra no Conselho de Estado”, anunciou o chefe de Estado português.

“Apenas poucas personalidades vieram do estrangeiro para parti-

lhar a sua experiência, sendo tão jovem”, destacou Marcelo Rebelo de Sousa, falando numa “oportunidade única para Portugal e para os portugueses”.

Esta posição do chefe de Estado português foi transmitida em conferência de imprensa após uma reunião bilateral com a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, antes de Marcelo Rebelo de Sousa se dirigir aos eurodeputados num discurso no hemiciclo europeu sobre a sua visão relativa aos desafios da Europa.

Na ocasião, o chefe de Estado português vincou que “a única forma de lutar contra o populis-



mo é estar lá e abordar os problemas das pessoas, para não haver espaços em branco que possam ser preenchidos com qualquer outra coisa”.

Por essa razão, “não podemos tomar [a Europa] como garantida, é preciso trabalhar todos os dias, e é esse que está a fazer”, adiantou, dirigindo-se a Roberta Metsola.

Recorde-se que a visita de Marcelo a Estrasburgo surge numa

altura de divergência entre o chefe de Estado e o primeiro-ministro português, António Costa, em relação à permanência no Governo do ministro das Infraestruturas, João Galamba.

Na passada quinta-feira, numa comunicação ao país, o Presidente da República prometeu que estará “ainda mais atento e mais interventivo no dia a dia” para prevenir fatores de conflito que deteriore-

as instituições e “evitar o recurso a poderes de exercício excecional”.

O chefe de Estado qualificou a sua discordância em relação à decisão do primeiro-ministro de manter Galamba como ministro das Infraestruturas como uma “divergência de fundo” e considerou que essa decisão de António Costa tem custos “na credibilidade, na confiabilidade, na autoridade do ministro, do Governo e do Estado”.

© portugal.gov.pt

PAC: Ministra da Agricultura admite adiar o prazo das candidaturas

por Agência Lusa

A ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, admitiu esta semana o adiamento, “tanto quanto possível”, das candidaturas às ajudas da Política Agrícola Comum (PAC), que terminam a 31 de maio.

No Fundão, onde assistiu ao leilão das primeiras cerejas deste ano e à apresentação da campanha de promoção do fruto, Maria do Céu Antunes disse ter conhecimento de que “nem tudo tem sido perfeito”.

“Nós reunimos esta semana ainda com as confederações para tomarmos as medidas, nomeadamente adiando tanto quanto possível o prazo para a submissão das candidaturas”, disse a governante. A ministra acrescentou que, independentemente do adiamento, “não estão em causa os pagamentos de outubro”. “Mesmo com o alargamento do perí-

odo de candidaturas, nós não vamos condicionar este prazo, porque sabemos bem que é essencial para que os agricultores possam fazer face aos compromissos que têm assumidos”, realçou Maria do Céu Antunes. A ministra acentuou estar a ser feito um “esforço muito grande”, porque a reforma da PAC, assumida em 2020, “é uma reforma muito ambiciosa” e implicou “construir todo um edifício novo, do ponto de vista da plataforma, para o acompanhamento e a apresentação das candidaturas”.

O alargamento do prazo para a entrega das candidaturas foi uma das reivindicações feitas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em conferência de imprensa na sede da Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco, na cidade do Fundão, onde alertou para que o processo de candidaturas às ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) se encontra “um verdadeiro caos”.



“A pressa do Ministério da Agricultura e do Governo em concluir uma reforma da PAC que penaliza os agricultores familiares e de entregarem o Plano Estratégico Nacional (PEPAC) a Bruxelas teve custos elevados e quem está a pagar são os agricultores”, acusou a CNA.

Segundo a CNA, o Governo “não teve em conta a realidade do setor e da estrutura depauperada da administração pública, cujos recursos humanos muito têm feito para, ainda assim, tentar ultrapassar os vários problemas”. A CNA referiu ainda que tendo em conta que “há milhares de candida-

turas por fazer” é necessário o alargamento do prazo previsto para o dia 31, sob pena de se correr o risco de deixar agricultores de fora. Defendeu também que os agricultores não podem ser penalizados “por possíveis incumprimentos nas novas medidas” no pagamento das ajudas.

Zelensky diz que Rússia será derrotada da mesma forma que o nazismo foi na Alemanha

por Agência Lusa

O Presidente da Ucrânia declarou, terça-feira, dia em que decorreram as comemorações da vitória dos aliados e o fim da Segunda Guerra Mundial, que a Rússia será derrotada da mesma forma que o nazismo foi vencido em 1945, “Todo o velho mal que a Rússia moderna está a trazer será novamente derrotado da mesma forma que o nazismo foi vencido”, afirmou Volodymyr Zelensky num discurso publicado nas suas redes sociais, prometendo ainda “libertar” os territórios ocupados por Moscovo.

Neste discurso gravado diante de um imponente memorial da Segunda Guerra Mundial, em Kiev, Zelensky insistiu: “Nunca esqueceremos a contribuição do povo ucraniano para a vitória sobre o nazismo”.

“Não permitiremos que ninguém se aproprie da vitória comum das nações da coligação anti-Hitler”, declarou o Presidente ucraniano.

O dia 09 de maio tornou-se uma data central para o nacionalismo russo, que se refere à guerra contra o nazismo como a “Grande Guerra Patriótica” e destaca apenas o papel da URSS na vitória. Zelensky acusou novamente Moscovo de colocar-se contra os ideais democráticos e acusou os russos de “agressão e



© president.gov.ua

anexação, ocupação e deportação, masacre e tortura, bombardeamento de cidades e o incêndio de aldeias”.

“Não vamos perder o que ganhámos, vamos recuperar tudo o que foi capturado

pelo inimigo”, assegurou ainda neste discurso de 10 minutos. A Ucrânia diz que está a concluir os preparativos para uma grande ofensiva para recapturar os territórios ocupados pela Rússia no Leste e no Sul, além

da Crimeia, anexada em 2014 pela Rússia. Nos últimos dias, intensificaram-se os ataques de ‘drones’ em ambos os lados, um sinal segundo os observadores, da iminência deste ataque por parte de Kiev.

Espanha espiou nacionalistas catalães, garante CPI europeia

por Agência Lusa

A comissão de inquérito do Parlamento Europeu sobre o caso Pegasus declarou que foram as autoridades espanholas que espiaram políticos pró-independência catalães, 18 dos quais com autorização judicial. O Governo espanhol defendeu no Congresso dos Deputados que as investigações foram realizadas com autorização judicial e que é obrigado a mantê-las em segredo. A comissão foi criada em abril de 2022 pelo Parlamento Europeu (PE) para investigar a utilização de programas informáticos nocivos como o Pegasus, em Estados-membros da União Europeia (UE). O Pegasus é um programa informático desenvolvido em Israel que foi vendido a diversos Estados. O relatório da comissão do Parlamento Europeu, aprovado por 30 votos a favor, três contra e quatro abstenções, aponta também Marrocos como possível responsável pela espionagem dos telemóveis do Presidente do Governo es-

panhol, Pedro Sánchez, da ministra da Defesa, Margarita Robles, e do ministro do Interior, Fernando Grande-Marlaska. No final de uma visita de dois dias a Madrid de nove eurodeputados da Comissão, em março, estes sublinharam que “nem sempre” os alvos ou alegados alvos de espionagem em Espanha afirmaram ter tido acesso a toda a informação e transparência que queriam, assim como sentem que os seus casos não foram investigados de forma eficaz e imparcial. A missão do PE disse ainda que só se reuniu com um membro do Governo espanhol, o secretário de Estado para a União Europeia, Pascual Navarro, e lamentou não ter podido ouvir ministros com pastas mais diretamente relacionadas com o tema em causa e outros, incluindo o primeiro-ministro, que foram vítimas de espionagem. Ainda assim, na declaração que leu aos jornalistas, o eurodeputado apelou às autoridades espanholas para colaborarem com a justiça na investigação dos casos de espionagem com programas informáticos nocivos.



© DR

Carlos III coroado e aclamado como o novo rei do Reino Unido

por Agência Lusa

Carlos III foi coroado, no passado fim-de semana, como rei do Reino Unido numa cerimónia na Abadia de Westminster, em Londres, que seguiu rituais ancestrais, durante a qual jurou defender a lei e a igreja.

O arcebispo de Canterbury colocou, na cabeça do rei Carlos III a coroa de Santo Eduardo, a mais importante joia real britânica, com 2,230 quilogramas de ouro maciço, incrustada com rubis, ametistas e safiras, sobre um forro de veludo e arminho.

Antes de ser coroado, perante o arcebispo de Canterbury, Carlos III, com 74 anos, jurou honrar e defender a lei e a igreja anglicana durante o seu reinado e comprometeu-se a respeitar todas as fés e de todos os povos que compõem o Reino Unido e a Commonwealth. Ao rei foram entregues diversas peças das joias da coroa, que simbolizam a transmissão de poderes. Carlos recebeu também o anel do

soberano, que simboliza a aliança entre o rei e o seu povo, uma luva que simboliza o uso da autoridade com serenidade e os dois cetros, um, com uma cruz, símbolo do poder real e da justiça, e um outro com uma pomba, que simboliza equidade e misericórdia.

Depois da coroação de Carlos III, a rainha consorte, Camila, com 75 anos, que até então não tinha participado na cerimónia, recebeu uma coroa que pertenceu à rainha Mary, avó da falecida rainha Isabel II, que teve algumas alterações. Para assinalar o momento da coroação, trombetas e salvas de canhão soaram em 13 locais do Reino Unido, incluindo na Torres de Londres, na capital, passando por Edimburgo, na Escócia, em Cardiff, no País de Gales, e em Belfast, na Irlanda do Norte, assim como nos navios da Marinha real no mar. Recorde-se que Carlos III herdou o trono de sua mãe, Isabel II, falecida em 08 de setembro de 2022.



© royal.uk

Direita radical garante direito de veto no Conselho Constitucional no Chile

por Agência Lusa

Um partido de direita radical garantiu o direito de veto no Conselho Constitucional, que irá redigir uma nova Constituição do Chile, depois de a população ter rejeitado em setembro uma primeira proposta de revisão.

Com mais de 99% dos votos contados, o Partido Republicano, da direita radical, conseguiu 35% dos votos e garantiu 22 dos 50 membros eleitos do novo órgão, com uma coligação de centro-direita, a Chile Seguro, a conseguir 21% dos votos e 11 assentos no Conselho Constitucional.

O resultado da eleição é uma derrota para o Presidente chileno. A coligação de centro-esquerda que apoia Gabriel Boric ficou em segundo lugar, com 28% dos votos e 17 assentos no Conselho Constitucional. Além dos 50 membros eleitos no domingo, o novo órgão vai contar também com a participação vinculativa de 24 peritos designados, 12 pela Câmara de Deputadas e Deputados e 12 pelo Senado.

O processo não vai partir do zero, mas sim a partir de um anteprojeto, que inclui a menção do Chile

como Estado unitário, o Estado de direito social e democrático, o reconhecimento dos povos indígenas e a manutenção de organismos autónomos como o Banco Central. O Conselho Constitucional terá cinco meses para redigir uma nova proposta, que será submetida a um segundo referendo em 17 de dezembro.

O líder e fundador do Partido Republicano, da direita radical, José Antonio Kast, afirmou no domingo que "o Chile derrotou um Governo falido" que foi "incapaz de enfrentar a insegurança e a crise migratória". Kast indicou que "não há nada para comemorar", porque "o Chile não está bem", mas que pode "estar feliz" por ter alcançado "uma meta importante", na qual "triumfaram as ideias do bom senso".

O Partido Republicano há muito que se opõe à mudança da constituição, herdada da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990) e parcialmente revista já em democracia. À televisão nacional chilena, Gabriel Boric exortou o Partido Republicano "a não cometer os mesmos erros" do primeiro processo constitucional, dominado pela esquerda e que fracassou em setembro.



© DR

Portugal na final do Festival Eurovisão da Canção

por Agência Lusa

Portugal é um dos 26 países que irá disputar a final do 67.º Festival Eurovisão da Canção, visto que o tema “Ai Coração”, de Mimicat, foi um dos dez escolhidos na primeira semifinal, em Liverpool. Além de “Ai Coração”, foram também escolhidos para passar à final, marcada para sábado, os temas da Croácia, Moldávia, Suíça, Finlândia, República Checa, Israel, Suécia, Sérvia e Noruega. Recorde-se que Portugal participou no Festival Eurovisão da Canção pela primeira vez em 1964 e venceu pela primeira e única vez o Festival Eurovisão da Canção em 2017, com o tema “Amar pelos dois”, interpretado por Salvador Sobral e composto por Luísa Sobral.

Morre aos 75 anos Rita Lee, a mítica rainha do rock brasileiro

por Agência Lusa

A cantora brasileira Rita Lee, conhecida como a rainha do rock brasileiro, morreu na noite de segunda-feira em São Paulo, aos 75 anos, segundo informações publicadas pela família num breve comunicado nas redes sociais da cantora. “Comunicamos o falecimento de Rita Lee, em sua residência, em São Paulo, capital, no final da noite [de segunda-feira], cercada de todo o amor de sua família, como sempre desejou”, diz o texto divulgado na conta da cantora no Instagram. Rita Lee tinha sido diagnosticada em 2021 com um cancro no pulmão, mas a causa da morte ainda não foi divulgada.

FC Porto vence em Arouca e mantém-se a 4 pontos do SLB

por Agência Lusa

Um golo de Iván Marcano permitiu ao FC Porto vencer em casa do Arouca por 1-0, no jogo que encerrou a 31.ª jornada da I Liga de futebol. O tento do defesa central espanhol dos campeonatos nacionais surgiu no último minuto da primeira parte, assegurando o 6.º triunfo consecutivo e 9.º jogo sem perder na prova dos ‘azuis e brancos’, enquanto o Arouca, depois de uma sequência de oito jogos sem perder no campeonato, somou a segunda derrota consecutiva. Com esta vitória, o FC Porto mantém-se a quatro pontos do Benfica, a três rondas do termo do campeonato, enquanto o Arouca surge no 5.º posto, em zona europeia, com 48 pontos, apenas mais um do que o sexto, o Vitória de Guimarães.

Festa dos Tabuleiros inscrita Património Cultural Imaterial

© VisitPortugal



por Agência Lusa

A Festa dos Tabuleiros, em Tomar, foi inscrita no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial, segundo um anúncio publicado em Diário da República. “A inscrição da ‘Festa dos Tabuleiros’ no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial [...] [destaca] a importância de que se reveste esta manifestação enquanto reflexo da identidade da comunidade envolvente e os processos sociais e culturais nos quais teve origem e se desenvolveu a manifestação do património cultural imaterial na contemporaneidade”, pode ler-se no anúncio publicado. A fundamentação científica para

integrar a Festa dos Tabuleiros no Património Cultural Imaterial nacional foi entregue em 31 de julho de 2019, invocando a antiguidade e o facto de esta ser “uma festa única no país e no mundo”, ser “do povo, feita pelo povo e para o povo”, como realçou, na altura, a presidente da Câmara de Tomar, Anabela Freitas. Com origem pagã, simbolizando a época das colheitas, a Festa dos Tabuleiros adquiriu carácter religioso na Idade Média, com a Rainha Santa Isabel, sendo os tabuleiros da festa de Tomar únicos com esta forma nas tradicionais festas do Espírito Santo que se realizam um pouco por todo o país. Anabela Freitas declarou, que a entrada no inventário nacional do Património Cultural Imaterial daria início a uma nova fase, a da

preparação de uma candidatura a Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. A candidatura continha informação de carácter histórico e etnográfico, atestando a dinâmica atual da prática social, e “as dinâmicas que a tradição conheceu no âmbito da sua génese e transmissão ao longo das gerações”, disse, na altura, à Lusa, André Camponês, do Instituto de História Contemporânea, que coordena cientificamente o projeto de candidatura. Dada a sua complexidade, a festa realiza-se de quatro em quatro anos. A última festa realizou-se em 2019, pelo que este ano, de 01 a 10 de julho, a Festa dos Tabuleiros regressa às ruas de Tomar, na sequência da decisão tomada pelo povo no ano passado.

Últimas

Universidade de Coimbra demite diretor do Centro de Estudos Russos

A Universidade de Coimbra demitiu o professor e diretor do Centro de Estudos Russos, Vladimir Pliassov, após verificar que as atividades daquela unidade "estariam a extravasar" o âmbito letivo. A confirmação da demissão foi avançada pela rádio Renascença, após a acusação por parte dos ucranianos Olga Filipova e Viacheslav Medvediev, num artigo de opinião publicado no Jornal de Proença. Os autores da queixa acusam Pliassov de "propaganda russa" na Universidade de Coimbra e de ser o principal representante da fundação Russkiy Mir.

Detido congressista dos EUA por acusações criminais federais

O congressista norte-americano George Santos, o Republicano de Nova Iorque que se celebrou por inventar parte da sua história de vida, foi detido, na sequência de acusações criminais federais, antes de uma aguardada audiência em tribunal. George Santos de 34 anos, origem brasileira e o 1º Republicano eleito assumidamente 'gay', foi eleito para a Câmara dos Representantes (câmara baixa do Congresso dos EUA) nas eleições intercalares do outono passado, após uma campanha parcialmente assente em mentiras.

Leitura do acórdão dos ex-fuzileiros acusados da morte de polícia adiada



A leitura do acórdão do julgamento dos ex-fuzileiros acusados da morte do polícia Fábio Guerra foi adiada para 29 de maio, na sequência de uma alteração não substancial dos factos e da qualificação jurídica comunicadas pelo tribunal. O agente da PSP Fábio Guerra, 26 anos, morreu em 21 de março de 2022, no Hospital de São José, em Lisboa, devido a "graves lesões cerebrais" sofridas na sequência das agressões de que foi alvo no exterior da discoteca Mome, em Alcântara, quando se encontrava fora de serviço.

Taxa de desemprego sobe para 7,2%









A taxa de desemprego aumentou para 7,2% no 1º trimestre, valor superior em 0,7 pontos percentuais à do trimestre anterior e em 1,3 pontos percentuais à do trimestre homólogo de 2022, divulgou o INE. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre janeiro e março, a população desempregada, estimada em 380,3 mil pessoas, aumentou 11,0% (37,6 mil) em relação ao trimestre anterior e 23,3% (71,9 mil) face ao trimestre homólogo. A população empregada foi estimada em 4.924,7 mil pessoas e aumentou 0,4% (21,8 mil) em relação ao trimestre anterior.

Meteorologia

NORTE

 sexta-feira 12/05 12° 22°	 sábado 13/05 13° 24°	 domingo 14/05 13° 25°	 seg.-feira 15/05 13° 21°
 ter.-feira 16/05 12° 21°	 qua.-feira 17/05 12° 23°	 qui.-feira 18/05 12° 21°	 sexta-feira 19/05 12° 20°

CENTRO E SUL

 sexta-feira 12/05 11° 20°	 sábado 13/05 10° 22°	 domingo 14/05 11° 22°	 seg.-feira 15/05 11° 19°
 ter.-feira 16/05 10° 19°	 qua.-feira 17/05 10° 21°	 qui.-feira 18/05 10° 19°	 sexta-feira 19/05 10° 18°

Pergunta da Semana

Concorda com a atitude persecutória e não democrática de Santos Silva para com o CHEGA?

Sim ou Não



Capture o código QR e responda online

Desporto 32ª JORNADA DA LIGA BWIN

13MAIO
18h00 Est. Mun. de Portimão



Portimonense x S.L. Benfica

13MAIO
20h30 Est. José Alvalade



Sporting C.P. x Marítimo

14MAIO
20h30 Estádio do Dragão



F.C. Porto x Casa Pia AC

Insólito

Já viu uma autocaravana de duas rodas?



Imagine um motociclo com um condutor, um colchão e um acompanhante de braços no ar a sustentar um colchão. Parece-lhe algo insólito e impossível de realizar, certo? Desengane-se: aconteceu mesmo. Nos últimos dias tem circulado pela internet o vídeo deste momento que acabou por se tornar viral e que teve lugar na cidade de Viana do Castelo. Nas imagens vê-se um motociclo a circular com um colchão entre os dois ocupantes do mesmo. A missão de segurar e equilibrar o

colchão pertence ao passageiro que, de braços em riste, lá o vai segurando entre uma curva e outra. O vídeo, que mostra bem o nível de 'desenrascanço' destes dois cidadãos, tem feito sucesso nas redes sociais. "A tropa manda desenrascar", "o colchão é para se deitar nas curvas?" ou até mesmo "alguma vez tinhas visto uma autocaravana de duas rodas" são apenas alguns dos exemplos do que os utilizadores das redes sociais têm partilhado na descrição do vídeo.

Editorial

Fatal como o destino

Portugal sofre de um grave problema de natalidade. A explicação é simples: o país não proporciona aos jovens e às famílias as condições mínimas para que tenham filhos. Os avós trabalham até cada vez mais tarde, as creches cobram valores astronómicos, os salários não chegam ao final do mês, os jovens têm empregos precários e saem da casa dos pais cada vez mais tarde e o governo socialista prefere dar a mão à nova vaga de imigração para colmatar a falta de nascimentos no país.

É, por isso, fatal como o destino que no futuro tenhamos crianças em Portugal que não são genuinamente portuguesas, apesar de nascerem cá. Serão crianças que não sabem o que é o Bailinho da Madeira, que não entenderão porque as mulheres de Viana do Castelo carregam lindíssimas peças de ouro nas Festas d'Agonia e muito menos sentirão orgulho em D. Afonso Henriques por ter expulsado os infiéis do nosso território. Quem me considerar xenófoba por escrever estas palavras mais não é do que um perfeito desonesto que é o que mais pulula na sociedade graças à doutrinação ideológica que a esquerda e a extrema-esquerda levam a cabo nas escolas e universidades desde há 20 anos.

Roger Scruton escreve – e bem – que para a esquerda o "patriotismo tornou-se numa palavra suja, mais ou menos sinónimo de racismo". É verdade. Mas também é verdade que a culpa do estado a que chegámos é também da direita a quem "nada pareceu importar, exceto a pressa de fazer parte da nova Europa". É um retrato fiel do que aconteceu em Portugal a partir da década de 80: um país arcaico, atrasado e em bicos de pés para fazer parte da Europa. Em 1986 lá entrámos para a CEE, mas volvidos 37 anos o nosso país continua a ser o parceiro pobre de meias rotas a acenar para se fazer notar porque, se não o fizer, ninguém se lembrará deste país que em tempos já foi tão glorioso.

Não há tempo a perder. Temos de remar juntos para levar Portugal a bom porto, transformando-o num país seguro, próspero, orgulhoso da sua história e, acima de tudo, um país onde os portugueses possam e queiram viver, porque agora muitos não querem e, por isso emigram, e os que cá ficam não vivem, sobrevivem todos os dias cortando aqui e ali para chegarem ao final do mês com poucos euros no bolso. Não quero continuar a ler notícias que dizem que há cada vez mais famílias a pedir ajuda a associações para conseguirem ter, pelo menos, uma refeição quente durante o dia.

Lamento, mas não é isto que quero para o meu país. Só a IV República do CHEGA poderá mudar esta situação. É fatal como o destino...

por
Patrícia de Carvalho
Diretora
Adjunta do
Folha Nacional



Capture o código QR e acompanhe online >

